


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, 1998, Térreo - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq1cv@tjsp.jus.br

CONCLUSÃO

Em 12 de novembro de 2018, faço os presentes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Araraquara, Dr. **João Battaús Neto**. O referido é verdade. Nada mais. Eu, Deives Moura Leite, digitei.

Processo nº: **1010588-11.2018.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Práticas Abusivas**
 Requerente: **Aparecido Brito Sebastião Guirelli**
 Requerido: **Banco Mercantil do Brasil S/A**

SENTENÇA

Vistos

APARECIDO BRITO SEBASTIÃO GUIRELLI, já qualificado, ajuizou a presente **AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER** contra **BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A**, também qualificado, aduzindo na inicial, em síntese, que: a) o banco requerido está efetuando débitos junto ao benefício previdenciário da autora; b) tais débitos referem-se a valores de prestações de empréstimos contraídos pelo autor; c) a conduta é abusiva; d) requer a procedência do pedido.

A antecipação de tutela foi deferida (fls. 32/33).

Regularmente citado, o requerido ofereceu contestação (fls. 37/69).

Houve réplica (fls. 204/218).

Em síntese, o relatório.

Fundamento e decido.

Viável o julgamento no estado.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, 1998, Térreo - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq1cv@tjsp.jus.br

O desconto impugnado pelo autor na presente ação não decorre de empréstimo contraído na modalidade consignado. Trata-se de empréstimo pessoal, com débito das prestações em conta-corrente (fls. 238/245).

A esse respeito, o C. Superior Tribunal de Justiça, em atenção aos princípios da razoabilidade e da dignidade da pessoa humana, fixou o entendimento de que os descontos de valores realizados de forma consignada em folha de pagamento de salário, aposentadoria e pensão ou diretamente na conta bancária em que o indivíduo recebe seus proventos ou benefícios previdenciários devem ser limitados em 30% (trinta por cento), por força do caráter alimentar que envolve a verba em questão.

Neste sentido vem se consolidando o entendimento jurisprudencial:

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. DESCONTOS EM FOLHA DE PAGAMENTO. LIMITE DE 30% (TRINTA POR CENTO) DOS VENCIMENTOS. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. Os descontos na folha de pagamento de servidor público devem ser limitados a 30% (trinta por cento) de sua remuneração, em função do princípio da razoabilidade e do caráter alimentar dos vencimentos. Precedentes. 2. Agravo Regimental do BANCO SANTANDER desprovido. (STJ; AgRg no REsp 979.442/MS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 09/06/2015, DJe 19/06/2015)

*AGRAVO REGIMENTAL NO ARESP. EMPRÉSTIMO BANCÁRIO. DESCONTO EM CONTA CORRENTE DE PERCENTUAL LIMITADO A 30% DOS VENCIMENTOS DO CORRENTISTA. POSSIBILIDADE. 1. A jurisprudência desta Casa consolidou-se em admitir que os **descontos de empréstimos em conta corrente devem ser limitados a 30% da remuneração**, tendo em vista o caráter alimentar dos*


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, 1998, Térreo - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq1cv@tjsp.jus.br

vencimentos. Precedentes. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ; AgRg no AREsp 314.901/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 18/06/2015, DJe 24/06/2015)

Vale dizer que "(...) a orientação preconizada pelo Superior Tribunal caminha no sentido de não se admitir que a instituição financeira se aproprie integralmente do salário do cliente depositado em sua conta corrente, com o objetivo de solver a dívida decorrente do contrato de empréstimo, ainda que exista previsão contratual para tanto, devendo ser observado o princípio da razoabilidade. Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes: Ag 1.124.009, Relator Ministro João Otávio de Noronha, DJ de 6/5/2009 e RMS 21380/MT, Relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, DJ de 15/10/2007, este assim ementado: "DIREITO ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO. LIMITE DE 30%. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. RECURSO PROVIDO. 1. Tendo em vista o caráter alimentar dos vencimentos e o princípio da razoabilidade, mostram-se excessivos, na hipótese, os descontos referentes às consignações em folha de pagamento em valor equivalente a 50% da remuneração líquida do recorrente, de modo que lhe assiste razão em buscar a limitação de tais descontos em 30%, o que assegura tanto o adimplemento das dívidas como o sustento de sua família. 2. Recurso ordinário provido." Assim, amparado no artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, dá-se parcial provimento ao recurso especial para determinar que o desconto seja limitado a 30% da remuneração percebida. (...) (STJ; REsp 1192007; Decisão Monocrática; Rel. Min. MASSAMI UYEDA; J. 07/06/2010)

Por conseguinte, os descontos em valores superiores a 30% dos rendimentos líquidos do autor mostram-se excessivos, levando em conta o caráter alimentar da verba recebida e efetivamente devem ser limitados pelo requerido.

A forma de pagamento avençada entre as partes deve ser

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

1ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, 1998, Térreo - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq1cv@tjsp.jus.br

respeitada, apenas ajustando-se os valores dos débitos. Não há se falar em pagamento em dobro na medida em que ausente a necessária má-fé, pois os descontos foram promovidos com amparo no contrato firmado.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido deduzido na inicial para o fim de determinar que o valor das parcelas não supere 30% do benefício previdenciário percebido pelo requerente. Arcará o requerido com as custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% do valor atualizado da causa.

P.I.

Araraquara, 12 de novembro de 2018.

João Battaús Neto

Juiz de Direito

(assinatura eletrônica)